

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

#### O que tem de novo nas eleições de 2022

<b>Benigno Núñez Novo</b> .....	9
Introdução.....	9
Desenvolvimento.....	9
Mais prazo para as federações.....	10
Acesso ao Boletim de Urna.....	10
Auditoria nas urnas durante a votação.....	10
Transmissão das auditorias ao vivo.....	11
Menos poluição ambiental.....	11
Horário de votação unificado.....	11
Fundo Eleitoral.....	11
Uso do Pix e <i>shows</i> para arrecadar recursos.....	12
Desinformação.....	12
Dados pessoais.....	12
Voto em trânsito.....	13
Principais datas do calendário eleitoral resumido de 2022.....	13
Janela partidária.....	13
Registro de estatutos no TSE.....	13
Formação de coligações.....	14
Transferência do título.....	14
Quantitativo do eleitorado.....	14
Teste de Confirmação do TPS e lacração dos sistemas.....	14
Financiamento coletivo.....	15
Fundo Eleitoral.....	15
Composição da mesa receptora de votos.....	15
Convênções partidárias e registros de candidatura.....	15
Propaganda eleitoral.....	15
Data da eleição.....	15
Prestação de contas.....	16
Datas de diplomação e posse.....	16
Conclusão.....	16
Referências.....	17

#### A formação de litisconsórcio passivo necessário com o partido político em Recursos Contra a Expedição de Diploma: o interesse imediato das organizações partidárias diante da redefinição do número de cadeiras e do financiamento público partidário

<b>Emma Roberta Palú Bueno, Geovane Couto da Silveira, Waldir Franco Félix Junior</b> .....	19
1    Introdução.....	20
2    Brasil: um Estado de partidos.....	21
3    O litisconsórcio passivo necessário em sede de Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED).....	23
4    Conclusão.....	31
Referências.....	32

## Segurança jurídica eleitoral: a compreensão do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal sobre o alcance da anterioridade eleitoral

<b>Fabiana Cristina Ortega Severo da Silva</b> .....	35
1 Introdução.....	35
2 A conceituação e a nomenclatura do princípio da anterioridade eleitoral na Constituição de 1988.....	36
3 A concepção do princípio da anterioridade na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral .....	40
4 A perspectiva histórica e atual do Supremo Tribunal Federal em relação ao princípio da anterioridade eleitoral.....	45
5 Conclusão .....	53
Referências .....	55

## Inelegibilidade por rejeição de contas e exigência de dolo específico: contribuição para a interpretação da alínea “g” do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64/90 em face das alterações na Lei de Improbidade Administrativa

<b>Humberto Chaves, Bruna Lóssio</b> .....	59
Introdução.....	60
Antiga interpretação da alínea “g” do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64/90.....	60
Superveniência da “nova” Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021) e o <i>leading case</i> (Recurso Ordinário nº 0601046-26.2022.6.17.0000/PE) .....	62
Aporte hermenêutico para análise da questão: inelegibilidade, Ficha Limpa e princípios da retroatividade da lei, isonomia e segurança jurídica.....	63
Conclusão .....	71
Referências .....	72

## O *compliance* como instrumento de planejamento estratégico e prevenção de riscos para os partidos políticos e candidatos

<b>Luiz Cesar Barbosa Lopes</b> .....	75
1 Introdução.....	75
2 <i>Compliance</i> como instrumento de estratégia no processo eleitoral.....	77
2.1 O <i>compliance</i> como mecanismo de avaliação e mitigação de riscos no contexto do processo eleitoral.....	80
3 Conclusão .....	83
Referências .....	84

## A nova Lei de Improbidade Administrativa e seus efeitos eleitorais

<b>Pedro Gallotti Kenicke</b> .....	85
1 Introdução.....	85
2 A reforma da Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2021 .....	86
3 Julgamentos no Supremo Tribunal Federal: ADI 6678, Tese nº 1.199 de Repercussão Geral (ARE nº 843.989/PR) e as ADIs 7042 e 7043.....	97
4 Efeitos diretos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na seara eleitoral .....	102
4.1 As inelegibilidades decorrentes de atos de improbidade administrativa e a jurisprudência eleitoral.....	102
4.2 Efeitos da reforma no campo eleitoral: notas da doutrina e da jurisprudência .....	107
5 Considerações finais.....	115
Referências .....	116

O debate sobre a implementação das candidaturas avulsas no direito eleitoral brasileiro na perspectiva de movimentos sociais e acadêmicos

<b>Thiago Coelho Sacchetto</b> .....	119
Introdução .....	120
1    Os argumentos preeminentemente disruptivos dos representantes dos movimentos sociais .....	121
2    Os argumentos hegemonicamente especulativos dos representantes da academia .....	131
Considerações finais .....	142
Referências .....	143

**JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

AUTOS Nº 0600651-94.2020.6.05.0046 .....	147
AUTOS Nº 0600425-96.2020.6.16.0171 .....	165
AUTOS Nº 0600236-41.2020.6.06.0028 .....	169
AUTOS Nº 0600528-97.2020.6.21.0128 .....	201
AUTOS Nº 0000316-24.2016.6.26.0065 .....	223
 Instruções para os autores .....	 237